

# Superior Tribunal de Justiça

**HABEAS CORPUS Nº 537.112 - MG (2019/0296099-4)**

**RELATOR** : MINISTRO ANTONIO SALDANHA PALHEIRO  
**IMPETRANTE** : NAIGUEL CRISTIAN GOMES E OUTRO  
**ADVOGADOS** : NAIGUEL CRISTIAN GOMES - MG184810  
PEDRO LUIS DE SA FERNANDES - MG185758  
**IMPETRADO** : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MINAS GERAIS  
**PACIENTE** : RENAN PEREIRA DE SOUZA (PRESO)  
**INTERES.** : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

## DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus* com pedido liminar impetrado em favor de RENAN PEREIRA DE SOUZA apontando como autoridade coatora Desembargador do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais que, nos autos do HC n. 1.0000.19.120974-1/000, indeferiu a medida de urgência pleiteada.

Consta dos autos que o paciente formulou pedido de progressão de regime, sendo indeferido o pedido pelo Juízo da Vara de Execuções Criminais da Comarca de Contagem/MG e determinada a realização de exame criminológico (e-STJ fls. 26/28).

Irresignada, a defesa impetrou prévio *writ*, sustentando que o paciente estaria sofrendo constrangimento ilegal em razão da ausência de fundamentação idônea da decisão que indeferiu o benefício da progressão de regime, bem como pelo excesso de prazo para a realização do exame criminológico.

O Tribunal de origem denegou a liminar (e-STJ fls. 23/25).

No presente *writ*, sustenta a defesa a necessidade de superação do óbice contido na Súmula n. 691/STF, ao argumento de que *"a decisão proferida pelo magistrado da Vara de Execuções Penais da Comarca de Contagem/MG, mostra-se desprovida de fundamentação, sobretudo considerando que o paciente se encontra em regular cumprimento de pena desde 22/01/2010, contando com bom comportamento carcerário, tornando-se prescindível a realização do exame criminológico"* (e-STJ fl. 8).

Aduz, ademais, que, *"embora diversas vezes intimada, a unidade prisional ainda não realizou o exame criminológico, tampouco informou nos autos data prevista para sua realização, limitando-se a informar que o reeducando encontra-se em lista de espera que obedece ao critério de antiguidade"* (e-STJ fl. 9), e que *"a LEP ainda dispõe, em seu artigo 185, que haverá excesso ou desvio de execução sempre que algum*

# *Superior Tribunal de Justiça*

*ato for praticado além dos limites fixados na sentença, em normas legais ou regulamentares, e, nesta esteira, é de se perceber que aguardar a avaliação pela Comissão Técnica de Avaliação, quando o atestado carcerário demonstra o bom comportamento carcerário do paciente, configura excesso de execução e constrangimento ilegal" (e-STJfl. 10).*

Requer, inclusive liminarmente, a concessão da ordem a fim de conceder ao paciente a progressão ao regime semiaberto.

É, em síntese, o relatório.

O Superior Tribunal de Justiça tem jurisprudência firmada no sentido de não caber *habeas corpus* ante decisão que indefere liminar, a não ser que fique demonstrada flagrante ilegalidade (Enunciado n. 691 da Súmula do STF), o que não ocorre na espécie.

A propósito:

*AGRAVO REGIMENTAL EM HABEAS CORPUS. IMPETRAÇÃO CONTRA INDEFERIMENTO DE LIMINAR NO TRIBUNAL DE ORIGEM. SUMULA 691/STF. COMPETÊNCIA DESTA CORTE QUE AINDA NÃO SE INAUGUROU. SUPRESSÃO DE INSTÂNCIA. AUSÊNCIA DE PROVA DO ALEGADO CONSTRANGIMENTO ILEGAL.*

*1. Não cabe habeas corpus perante esta Corte contra o indeferimento de liminar em writ impetrado no Tribunal de origem. Aplicação da Súmula 691 do Supremo Tribunal Federal. [...]*

*3. Agravo regimental improvido.*

(AgRg no HC 349.925/RJ, Rel. Ministra MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA, SEXTA TURMA, julgado em 10/3/2016, DJe 16/3/2016.)

*AGRAVO REGIMENTAL EM HABEAS CORPUS. IMPETRAÇÃO INDEFERIDA LIMINARMENTE. SÚMULA 691/STF. AUSÊNCIA DE PATENTE ILEGALIDADE. PEDIDO DE EXPEDIÇÃO DE CONTRAMANDADO DE PRISÃO TEMPORÁRIA. PACIENTE NO EXTERIOR. AGRAVO REGIMENTAL IMPROVIDO.*

*1. O Superior Tribunal de Justiça tem compreensão firmada no sentido de não ser cabível habeas corpus contra decisão que indefere o pleito liminar em prévio mandamus, a não ser que fique demonstrada flagrante ilegalidade, o que não ocorre na espécie. Inteligência do verbete n. 691 da Súmula do Supremo Tribunal Federal.*

*2. No caso, não se observa manifesta ilegalidade na decisão que indeferiu o pleito liminar no prévio mandamus, tampouco na decisão primitiva. Na espécie, não há nos autos informações comprobatórias*

# Superior Tribunal de Justiça

*de que todas as diligências requeridas foram cumpridas, valendo ressaltar, ainda, que o decreto prisional, expedido no bojo da mesma decisão, não se efetivou porque o paciente não teria sido localizado, porquanto "potencialmente" estaria no exterior.*

3. Agravo regimental improvido.

(AgRg no HC 345.456/SP, Rel. Ministro REYNALDO SOARES DA FONSECA, QUINTA TURMA, julgado em 18/2/2016, DJe 24/2/2016.)

A questão em exame necessita de averiguação mais profunda pelo Tribunal estadual, que deverá apreciar a argumentação da impetração e as provas juntadas ao *habeas corpus* no momento adequado.

Sem isso, fica esta Corte impedida de analisar o alegado constrangimento ilegal, sob pena de incorrer em indevida supressão de instância e de incidir em patente desprestígio às instâncias ordinárias.

Entendo, portanto, não ser o caso de superação do enunciado 691 da Súmula do Supremo Tribunal Federal.

Ante o exposto, com base no art. 210 do Regimento Interno do STJ, **indefiro liminarmente** o presente *habeas corpus*.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 02 de outubro de 2019.

Ministro ANTONIO SALDANHA PALHEIRO

Relator